



1. Informações Gerais

Data: .07.06.2019

Horário: 09h às 12h

Local: Plenário do TJAP

Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamentos

2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2015-2020, a considerar os indicadores estratégicos do ano de 2019.

3. Pauta

- 3.1. Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 3.2. Metas Nacionais;
- 3.3. IPC-Jus;
- 3.4. Prêmio CNJ de Qualidade;
- 3.5. Acompanhamento dos Projetos e Indicadores Estratégicos;
- 3.6. Agenda 2019;
- 3.7. O que ocorrer.

Comentários:

O Presidente do TJAP, Desembargador JOÃO LAGES, abriu a reunião com saudação aos presentes e em seguida, passou a palavra para o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, que ressaltou a informação do Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ, Juiz BRÁULIO, noticiando que o CNJ realizou convênio com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, ligado ao Ministério da Ciência, onde desenvolvem trabalhos ligados à internet de alta velocidade, segundo o Juiz do CNJ, o Estado do Amapá será o primeiro a ser contemplado, e o reflexo disso será a baixa em torno de 80% dos gastos do TJAP com internet, além da qualidade no fluxo da informação.

Item 3.1 da pauta: Aprovação da Ata da Reunião anterior:

Após os comentários iniciais, passou-se para a aprovação do texto da Ata da 10ª RAE (3ª de 2018). O serventuário do Escritório de Projeto/ASPLAN, JOB MORAIS, na oportunidade, informou que em virtude da necessidade da ata ser encaminhada para o CNJ, bem como ser disponibilizar no portal Transparência institucional, as assinaturas e a aprovação foram agilizadas antecipadamente.

Item 3.2 da pauta: Metas Nacionais:

Metas Nacionais 2018 - Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos; **Meta 2:** Julgar os processos mais antigos; **Meta 3:** Aumentar os casos solucionados por conciliação; **Meta 4:** Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa; **Meta 5:** Impulsionar processos à execução; **Meta 6:** Priorizar julgamento das ações coletivas; e **Meta 8:** Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Metas Nacionais 2019 – Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos



os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2** : Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; **Meta 3**: Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior; **Meta 4**: Identificar e julgar até 31/12/2019 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2016, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão; **Meta 6**: Identificar e julgar até 31/12/2019 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau; **Meta 8**: Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018. **Meta Específica: Implantar processos eletrônicos em unidades de competência criminal** - Implantar processo eletrônico em 10% das Unidades com Competência Criminal condicionada à disponibilização do módulo criminal do PJe até fevereiro de 2019. **Metas Nacionais 2020** - Rede de Governança Colaborativa (Temas Novos) 1. Índice de Efetividade da Justiça; 2. Grandes obras públicas paradas por decisão judicial; 3. Meta para o 2º grau para ações de Infância e Juventude; e 4. ODS (Objetivos de desenvolvimento sustentável) da ONU.

Item 3.3 da pauta: IPC-Jus:

Variáveis que contribuem para o cálculo do IPC-Jus: os recursos humanos; os financeiros e os próprios processos. **a) - Variável Exógena (não controlável): Relativos à própria demanda judicial.** Os testes empreendidos levaram em consideração tanto o quantitativo de casos pendentes, quanto o de processos baixados, revelando-se a soma desses, ou seja, o total de processos que tramitaram como variável explicativa para os resultados de eficiência. **b) - Variável Endógena (controlável): Recursos financeiros:** utilizou-se a despesa total de cada tribunal desconsiderando a despesa com pessoal inativo e as despesas com projetos de construção e obras, tendo em vista que tais recursos não contribuem diretamente para a produção ou a produtividade dos tribunais. **Recursos humanos:** como dados de força de trabalho foram utilizados os números de magistrados e de servidores efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo, excluídos os cedidos a outros órgãos.

Item 3.4 da pauta: Prêmio CNJ de Qualidade:

Em vista a competitividade que vai acontecer entre os Tribunais, por causa da mudança no estilo da premiação que o CNJ vai adotar, o Desembargador JOÃO LAGES reforçou o empenho dos magistrados como fundamental para o TJAP ser premiado, visto que a maioria das metas são jurisdicionais. O Desembargador reforçou que o TJAP vai disponibilizar as condições de trabalho, mas vai cobrar a participação efetiva de todos, especialmente do 1º Grau. Tal medida tem o intuito de acompanhar os números e visualizar quem vai bem e quem vai mal. O Presidente deliberou convocar todos os magistrados para participar da próxima RAE, com propósito de envolver todos. O Diretor do DEGESP, DIEGO FRANÇA, informou que será feito um trabalho pelo Projeto GESTÃO POR COMPETÊNCIA para detectar onde estão ocorrendo as deficiências e qual o motivo. O assessor de Planejamento informou que, com a edição da Portaria 88, de 28 de maio de 2019, a nomenclatura da premiação Selo Justiça em Números passou a se chamar Prêmio CNJ de Qualidade, com três eixos, a saber: Art. 6º - Eixo da GOVERNANÇA; Art. 7º - Eixo da PRODUTIVIDADE; Art. 8º - Eixo da QUALIDADE e TRANSPARÊNCIA.

Item 3.5 da pauta: Acompanhamento dos Projetos e Indicadores Estratégicos:

Projetos Estratégicos – 17; Indicadores Estratégicos – 30. Cada Projeto tem um Patrocinador, que pode ser um Desembargador ou um Juiz; um Gestor de Projeto e um Gerente de Projeto. ROSYWAN CANTUÁRIA apresentou a situação de cada Projeto e respectivo índice no cumprimento da meta. O Desembargador CARLOS TORK reforçou a necessidade de rever os índices de todo o Planejamento Estratégico visando alinhar com a Portaria 88. Na ocasião, o Desembargador JOÃO LAGES fez um comentário sobre a saúde dos servidores e que, em virtude da Lei n.º 13.819, de abril de 2019, trata de política pública para prevenção de suicídio, o Comitê de Saúde elabore um projeto que atenda os filhos de servidores e de magistrados que estão passando por esse problema. Na abordagem do Índice de



Lideranças Capacitadas (Projeto Estratégico Valorização e Reconhecimento), Patrocinador do Projeto, Desembargador CALOS TORK, que também exerce a função de Diretor da EJAP, falou que a EJAP disponibilizou 8 cursos EAD à disposição dos servidores. Ele esclareceu que os círculos de diálogo são atividades complementares, extra-classe. A EJAP tem à disposição 14 cursos credenciados pelo IFAN, além dos cursos de especialização, com 20 bolsas integrais, ainda este ano para magistrados e servidores. Para 2020, o ideal é alcançar 100 bolsas. O Desembargador CARLOS TORK explicou que o Índice de competitividade está a exigir cada vez mais, especialização e capacitação. No Índice de Aderência às Metas do PETIC, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, salientou que planejamento estratégico de TIC está ligado diretamente a investimento, e reduzir investimento em TIC, significa não atingir objetivos estratégicos. Sobre investimentos nessa área, o Diretor do DEINTEL, MARCO CRAVEIRO, argumentou, ao comparar o orçamento do TJAP para investimentos em relação a outros Tribunais de pequeno porte, viu que o do Amapá está muito aquém da realidade. O patrocinador desse projeto, Desembargador JOÃO LAGES, garantiu que vai conseguir tais recursos através de emenda parlamentar. Diante do que foi colocado pelo Diretor do DEINTEL, o Juiz ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO pediu para que o pleito fosse consignado em ata. Em relação a Inteligência Artificial, MARCO CRAVEIRO adiantou que vai participar de um workshop em Brasília a respeito do tema para avançar nesse seguimento. Nesse raciocínio, o Desembargador JOÃO LAGES falou que é preciso reorganizar alguma estrutura do 1º Grau mas também no Administrativo do 2º Grau – ASPLAN passa a ser DEPLAN. Na Informática é necessário criar um órgão dentro do DEINTEL para haja continuidade no processo da Inteligência Artificial. O Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, informou que o CNJ está desenvolvendo uma ferramenta que será disponibilizada dentro do PJE. Na sequência da explanação dos índices dos projetos, quando abordado o Tempo Médio do Processo Judicial – Dias (Objetivo Estratégico Simplificação), o Desembargador CARLOS TORK alertou para a necessidade de um grupo de trabalho específico para verificar o procedimento mais adequado para o processo judicial, ante às distorções dos cálculos que levam ao tempo médio ideal. O Desembargador JOÃO LAGES pediu ao Assessor de Planejamento para refazer o cálculo tirando os processos suspensos, uma vez que o CNJ já orienta nesse sentido. No Objetivo Estratégico Relacionamento – Índice de Satisfação do Cidadão, o Desembargador JOÃO LAGES deliberou o contato com alguma Faculdade para, através de convênio ou termo de cooperação, realizar a pesquisa a custo zero, visto que a contratação de uma empresa para tal é bastante onerosa. No respeitante ao Objetivo Estratégico Cidadania – Índice de Efetividade do Esforço da Conciliação, a Gerente do Projeto, SÔNIA RIBEIRO, pediu a consideração a respeito das propostas que ainda não foram contempladas, em especial "ao não se aplica" que ainda é um gargalo no sistema. SÔNIA RIBEIRO explicou que, quando é feita conciliação, as partes negociam por meio das propostas e contra-propostas, mas o sistema não está contemplando como Conciliação Positiva, não registra essa fase; o outro caso é quando a pessoa vai para audiência de conciliação e desiste da ação e o sistema ainda não registra essa decisão como sendo conciliação. O sistema só registra as positivas. SÔNIA RIBEIRO vê a necessidade do sistema medir esses dois casos, como esforço da conciliação. Nesse ponto, o Desembargador LAGES deliberou o encaminhamento dessas sugestões ao CNJ, que deverá seguir até o dia 10 de setembro.

Item 3.6 da pauta: Agenda 2019:

A agenda das próximas RAE's para 2019 ficou definida para os seguintes meses: XII RAE – 16 de agosto de 2019; XIII RAE – 18 de novembro de 2019.

Item 3.7 da pauta: O que ocorrer:



Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião.

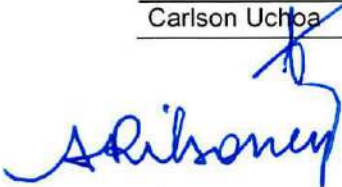


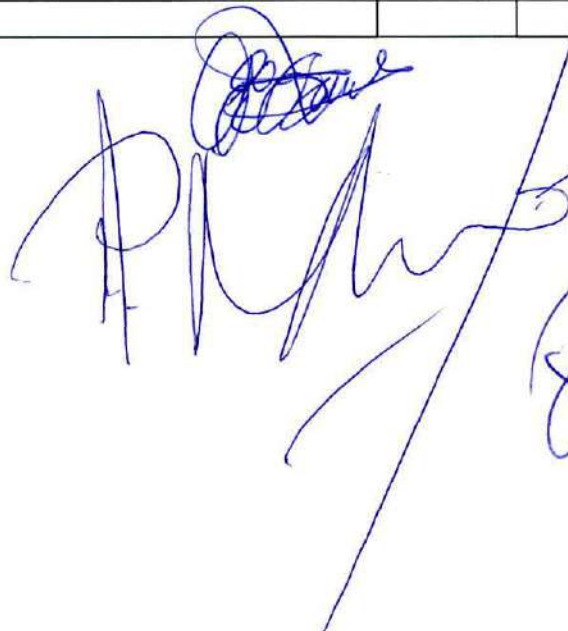
RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

Comitê de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
Desembargador João Lages – Presidente		
Desembargadora Sueli Pini		
Desembargador Eduardo Contreras		
Desembargador Gilberto Pinheiro		
Desembargador Carmo Antonio		
Desembargador Carlos Tork		
Desembargador Manoel Brito		
Juiz Paulo César Madeira – Juiz Auxiliar da Presidência		
Livia Simone Oliveira de F. Cardoso – Juíza de Direito		
Alessandro Rilsony – Diretor Geral		
Rosywan Cantuária – Assessor de Planejamento		
Gestores de Projetos	Data	Assinatura
Esclepiades de Oliveira Neto – Juiz de Direito		
Antonio Ernesto Amoras Collares – Juiz de Direito		
Stella Simonne Ramos – Juíza de Direito		
Juiz Paulo César Madeira – Juiz Auxiliar da Presidência		
Veridiano Ferreira Colares		
Bernadeth Farias Corrêa		
Gerentes de Projetos	Data	Assinatura
Diego França da Silva		
Edinaldo Siqueira da Costa		
Walmir Bezerra de Mesquita		
Francisco Ângelo Martins Pereira		
Alan Davis Freire de Souza		
Danielle Gabrielle Galvão de Oliveira S. Alcântara		
Wilson Aguiar da Silva		
Adelson Armando Marques Anderson		
Augusto Cesar Alberto Neri		
Márcio Alcântara		
Sônia Regina dos Santos Ribeiro		
Oberdan Serrão de Almeida		
Aloísio Miranda Menescal		
Rubens José Barros Gomes		
Nilda Maria Gonçalves Neves		
Escritório de Projetos	Data	Assinatura
Job Duarte Moraes		



Samuel da Silva Carvalho		
Edson Fernandes de Carvalho		
Núcleo de Estatística	Data	Assinatura
Joudson Medeiros de Oliveira		
Adriana Moraes de Carvalho		
Teófilo Emílio Soeiro dos Santos		
Carlson Uchoa		

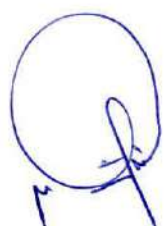












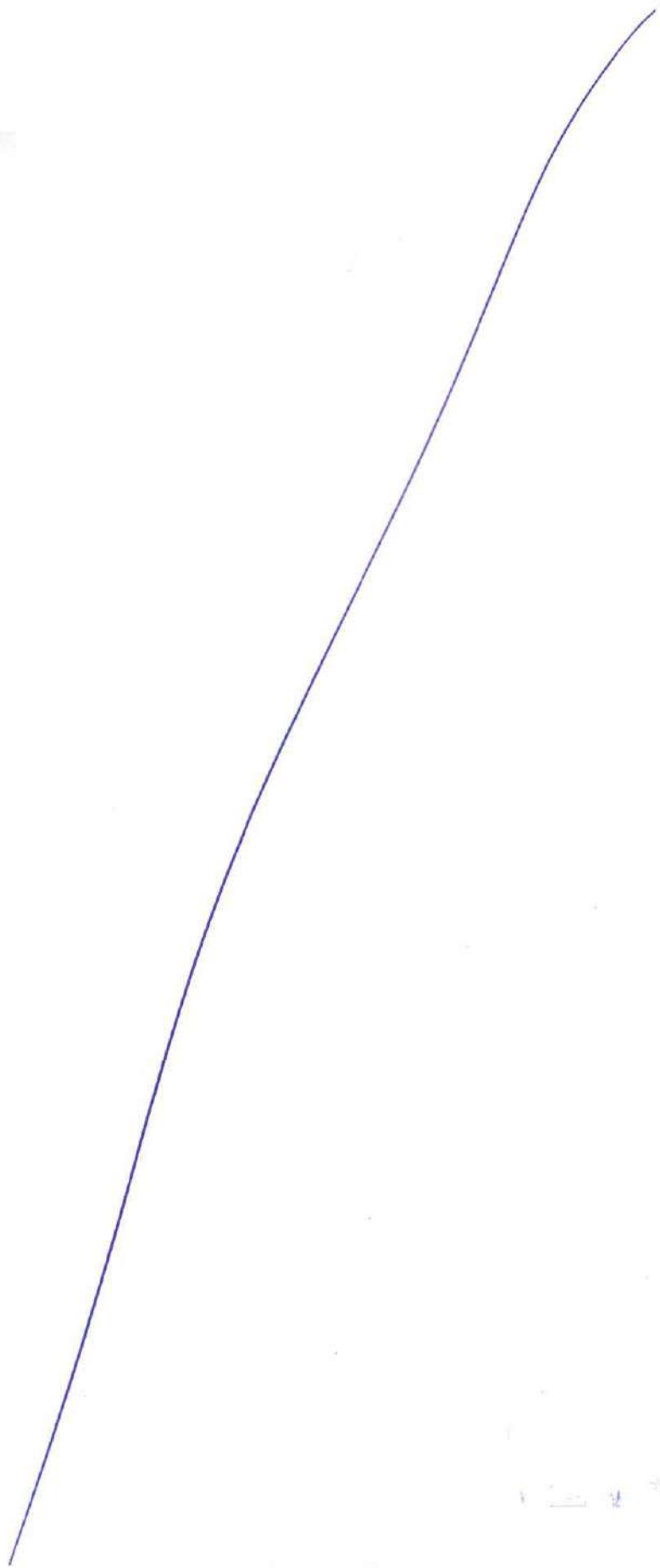












Handwritten text, possibly a signature or name, located in the upper right area of the page.

Handwritten text, possibly a date or additional notes, located in the middle right area of the page.



11ª Reunião de Análise Estratégica - 1º RAE / 2019 - PEI 2015-2020

Dia: 07/06/2019

Horário início: 09h/Previsão término: 12h

Lista de frequência

Nº	Nome	Assinatura
1	DESEMBARGADOR JOÃO LAGES	
2	DESEMBARGADORA SUELI PINI	
3	DESEMBARGADOR EDUARDO FREIRE CONTRERAS	
4	DESEMBARGADOR GILBERTO DE PAULA PINHEIRO	
5	DESEMBARGADOR CARMO ANTONIO DE SOUZA	
6	DESEMBARGADOR CARLOS TORK	
7	DESEMBARGADOR MANOEL BRITO	
8	JUIZ PAULO CESAR DO VALE MADEIRA	
9	JUÍZA LÍVIA SIMONE OLIVEIRA DE FREITAS CARDOSO	
10	JUIZ ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO	
11	JUÍZA ANTONIO ERNESTO AMORAS COLLARES	
12	JUÍZA STELLA SIMONNE RAMOS	
13	ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA (DG)	
14	ROSYWAN CANTUARIA DA S. FERREIRA	
15	VERIDIANO FERREIRA COLARES	
16	JOB DUARTE MORAIS	
17	SAMUEL DA SILVA CARVALHO	
18	EDSON FERNANDES DE CARVALHO	
19	JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA	
20	ADRIANA MORAES DE CARVALHO	Adriana Moraes de Carvalho
21	CARLSON UCHOA	
22	DIEGO FRANÇA DA SILVA	
23	EDINALDO SIQUEIRA DA COSTA	
24	WALMIR BEZERRA DE MESQUITA	
25	FRANCISCO ÂNGELO MARTINS PEREIRA	
26	ALAN DAVIS FREIRE DE SOUZA	
27	DANIELLE GABRIELLE G. DE OLIVEIRA S. ALCÂNTARA	Danielle Gabrielle Monteiro de Oliveira S. Alcântara
28	WILSON AGUIAR DA SILVA	Wilson Aguiar da Silva
29	ADELSON ARMANDO MARQUES ANDERSON	
30	AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERI	
31	MÁRCIO ALCÂNTARA	
32	SÔNIA REGINA DOS SANTOS RIBEIRO	
33	OBERDAN SERRÃO DE ALMEIDA	
34	ALOISIO MIRANDA MENESCAL	
35	RUBENS JOSÉ BARROS GOMES	
36	JOZINETE CORDEIRO TAVARES	
37	BERNADETH FARIAS CÔRREA	



Dia: 07/06/2019

Horário início: 09h/Previsão término: 12h

Lista de frequência

Nº	Nome	Assinatura
38	JOSÉ DOS REIS CAMBRATA JÚNIOR	josé dos Reis Cambrita Junior
39	JOÃO BOSCO ALVES MACIEL:	João Bosco
40	SILVANO MONTEIRO	Silvano
41	Shirley Neres Fardes	Shirley
42	Johanna G. Voladores	Johanna
43	Gláucia Leite Andrade	Gláucia
44	Tássia Brandão Lima	Tássia
45	Maria de Jesus dos S. Oliveira	M. Oliveira
46	WILDA MARIA GONÇALVES NEVES	WILDA (FÓRUM)
47	LUÍZ HENRIQUE PARANHOS	DESIS +
48	PAULO BEZERRA	ACTECIW
49	PAULO GUERRA	EJAP
50	Lucas Monteiro	Gabinete
51	Tassia Silva Cambraia	Cambraia
52	Richellida R. B. Silva	Richellida
53	Mariana Gomes de Pinna	Mariana
54	Edvaldo Pinheiro dos Santos	Edvaldo DA.
55	Mary Antônia C. S. Coelho	Mary
56		
57		
58		
59		
60		

DIVISÃO DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO

61

62

63